



CENTRO UNIVERSITARIO VALE DO SALGADO (UNIVS)  
BACHARELADO EM DIREITO

LUCAS NATHAM MARCELINO DA SILVA

**TRIBUTAÇÃO DE COMPRAS INTERNACIONAIS E OS IMPACTOS INCIDENTES  
NA RELAÇÃO DE CONSUMO SOB A PERSPECTIVA DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR**

ICÓ/CEARÁ  
2025

LUCAS NATHAM MARCELINO DA SILVA

**TRIBUTAÇÃO DE COMPRAS INTERNACIONAIS E OS IMPACTOS INCIDENTES  
NA RELAÇÃO DE CONSUMO SOB A PERSPECTIVA DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Direito do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Professor Me. José António De Albuquerque Filho.

LUCAS NATHAM MARCELINO DA SILVA

**TRIBUTAÇÃO DE COMPRAS INTERNACIONAIS E OS IMPACTOS INCIDENTES  
NA RELAÇÃO DE CONSUMO SOB A PERSPECTIVA DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Direito do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como requisito para obtenção de aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/2025

**FICHA DE AVALIAÇÃO**

---

Me. José Antônio De Albuquerque Filho  
**Professor Orientador**

---

Dra. Érika de Sá Marinho Albuquerque  
**Professor(a) Avaliador(a) 1**

---

Dra. Layana Dantas de Alencar  
**Professor(a) Avaliador(a) 2**

# **TRIBUTAÇÃO DE COMPRAS INTERNACIONAIS E OS IMPACTOS INCIDENTES NA RELAÇÃO DE CONSUMO SOB A PERSPECTIVA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## **RESUMO**

O presente trabalho examina os impactos da Lei n.º 14.902/2024 nas compras internacionais feitas por consumidores brasileiros, à luz dos direitos garantidos pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC). Partindo da questão “Como as novas políticas tributárias afetam a proteção ao consumidor em operações transnacionais?”, teve-se como objetivo geral avaliar os efeitos dessas mudanças na transparência, no custo final e na experiência de compra. Foram delineados três objetivos específicos: mapear o cenário das importações de baixo valor por pessoas físicas, considerando câmbio, frete e prazos; analisar a reação do consumidor às novas obrigações tributárias, destacando percepções de risco e principais reclamações; e confrontar as exigências da Lei 14.902/2024 com os princípios do CDC, como informação clara, modicidade de preços e transparência contratual. Adotou-se a pesquisa bibliográfica como método, com consulta a artigos, livros, reportagens e aos textos do CDC, do Código Tributário Nacional e da própria Lei 14.902/2024. Constatou-se que, apesar de a lei buscar aperfeiçoar o controle fiscal e coibir a sonegação, ela impõe barreiras ao consumidor: sistemas de cálculo tributário complexos, divulgação inconsistente de custos antecipados e procedimentos aduaneiros pouco claros. Essas falhas geram desequilíbrio na relação de consumo, traduzido em custos inesperados, insegurança e queda no poder de compra. Recomenda-se maior padronização e clareza informacional pelas plataformas digitais, além de ajustes normativos que harmonizem arrecadação e defesa dos direitos do consumidor.

**Palavras chave:** Direito do consumidor; Compras internacionais; Comércio eletrônico;

# **TAXATION OF INTERNATIONAL PURCHASES AND ITS IMPACTS ON CONSUMER RIGHTS FROM THE PERSPECTIVE OF THE CONSUMER PROTECTION CODE**

## **ABSTRACT**

This paper examines the impacts of Law No. 14.902/2024 on international purchases made by Brazilian consumers, in light of the rights guaranteed by the Consumer Protection Code (CDC). Starting from the question “How do new tax policies affect consumer protection in cross-border transactions?”, the general objective was to evaluate the effects of these changes on transparency, final cost and the shopping experience. Three specific objectives were outlined: to map the scenario of low-value imports by individuals, considering exchange rates, freight and deadlines; to analyze consumer reactions to the new tax obligations, highlighting risk perceptions and main complaints; and to compare the requirements of Law 14.902/2024 with the principles of the Consumer Protection Code (CDC), such as clear information, reasonable prices and contractual transparency. The method adopted was bibliographic research, with consultation of articles, books, reports and texts of the CDC, the National Tax Code and Law 14.902/2024 itself. It was found that, although the law seeks to improve tax control and curb tax evasion, it imposes barriers on consumers: complex tax calculation systems, inconsistent disclosure of advance costs and unclear customs procedures. These flaws generate imbalance in the consumer relationship, resulting in unexpected costs, insecurity and a drop in purchasing power. Greater standardization and clarity of information on digital platforms is recommended, in addition to regulatory adjustments that harmonize collection and defense of consumer rights.

**Keywords:** Consumer law; International shopping; E-commerce;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 CONTEXTO DAS COMPRAS INTERNACIONAL NO BRASIL.....</b>	<b>10</b>
<b>3 COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR. A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS INTERNACIONAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>4 A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS INTERNACIONAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIA.....</b>	<b>17</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente, o comércio internacional se tornou uma prática frequente entre os consumidores brasileiros, facilitada pelo acesso a plataformas digitais que ganharam popularidade. No entanto, as atuais alterações nas políticas tributárias, têm gerado debates e preocupações tanto para consumidores quanto para o mercado nacional. Essas novas medidas adotadas afetaram diretamente o preço final dos produtos, o que pode impactar o modo de compra, o poder aquisitivo e a competitividade entre produtos nacionais e importados.

As novas mudanças nas políticas tributárias sobre compras de produtos internacionais, fazem com que os consumidores brasileiros tenham o seu poder de compra menor. As compras internacionais, que eram uma alternativa que fazia com que os consumidores pudessem ter o seu poder de compra elevado, através de plataforma digitais, com o aumento nas tributações o valor final dos produtos estão se tornando mais elevado e ficando uma opção não mais interessante para a maioria dos consumidores brasileiros.

Por outro lado, o aumento da tributação de produtos importados tem se tornado algo positivo, tendo em vista que o mercado nacional voltou a ser uma boa opção por aqueles que compravam em plataforma digitais *e-commerce*, porque com o aumento na tributação o preço final das compras internacionais se tornou inacessível por parte dos consumidores brasileiros. O mercado nacional que enfrentava dificuldade em variedades de produtos e preço final comparado as compras internacionais buscam conquistar os clientes que vão as compras no mercado interno.

Quais são os impactos das novas políticas tributárias aplicadas as compras internacionais com foco nos direitos dos consumidores brasileiro?

A escolha desse tema é motivada pela recente atuação, em que o governo tem adotado uma postura mais rígida em relação à tributação de compras internacionais. Com o aumento expressivo das importações, através da popularidade de plataformas como AliExpress, Shopee e Shein, a arrecadação fiscal sobre as compras se tornou um alvo importante para o Estado. Essas alterações adicionaram a tributação de produtos de baixo valor que são os favoritos dos consumidores, a aplicação de novas alíquotas de imposto e o aumento da fiscalização alfandegária, em uma situação em que o governo visa aumentar a arrecadação e proteger o mercado nacional da concorrência estrangeira.

Entretanto, para os consumidores, essas mudanças afetam o seu poder de compra. Diante dessa perspectiva, a pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como essas alterações afetam a sociedade de maneira mais ampla, abrangendo tanto o aspecto econômico quanto o jurídico.

Do ponto de vista social, essa pesquisa tem grande relevância, pois lida com o cotidiano dos consumidores brasileiros. As compras importadas, que antes representavam uma alternativa acessível, especialmente para aqueles que buscavam produtos que não encontravam no Brasil, as compras passaram a ser uma prática inacessível com as novas políticas tributárias. Essas medidas podem restringir o acesso da população de menor renda a bens de consumo.

A pesquisa, portanto, tem importância social ao analisar que classes mais vulneráveis, que, ao sofrerem das novas tributações de forma rigorosa, podem ver sua oportunidade de consumir bens importantes reduzida, exigindo que o tema seja debatido sob a perspectiva de justiça social e acesso a bens de consumo.

Academicamente, a proposta do tema é muito relevante para diversas áreas do Direito, como o Direito Tributário e o Direito do Consumidor. O estudo contribuirá para o avanço da compreensão sobre como as políticas tributárias afetam o comércio internacional e o comportamento do consumidor brasileiro.

No campo jurídico, o estudo é fundamental para avaliar a constitucionalidade e a legalidade das recentes políticas tributárias, considerando os princípios do Direito Tributário e do Direito do Consumidor. É necessário investigar se as novas medidas estão em conformidade com as garantias da Constituição Federal. É necessário garantir que a tributação seja justa sem desproporcionalmente os consumidores.

Analisar os impactos das novas políticas tributárias aplicadas às compras internacionais com foco na Lei n.º 14.902/2024 sobre os direitos dos consumidores brasileiros, à luz do Código de Defesa do Consumidor, destacando os desafios enfrentados nas relações de consumo digital e globalizadas. Investigar o contexto das compras internacionais no Brasil após a implementação da Lei n.º 14.902/2024, compreendendo suas implicações para o comportamento de consumo e a dinâmica do mercado eletrônico internacional.

Examinar os impactos das novas exigências tributárias sobre os consumidores, com atenção à transparência das plataformas de venda, aos deveres de informação e ao aumento dos custos finais ao consumidor. Analisar os mecanismos de proteção legal previstos no Código de Defesa

do Consumidor e sua aplicabilidade nas compras internacionais, refletindo sobre os desafios e possíveis ajustes normativos para assegurar os direitos dos consumidores em um ambiente digital e transfronteiriço.

O presente trabalho utilizou como método o dedutivo, a pesquisa foi realizada através de artigos, revistas acadêmicas, livros, jornais e pesquisas. Foi analisado os principais artigos do Código de Defesa do Consumidor a Lei de nº 14.902/2024 e o Código Tributário Nacional.

Os objetivos específicos desta pesquisa contemplam três dimensões interligadas que permitem uma análise crítica e aprofundada do tema. Em primeiro lugar, busca-se investigar o contexto das compras internacionais no Brasil, especialmente após a implementação da Lei n.º 14.902/2024, analisando como essa mudança legislativa repercute nas relações de consumo e no comportamento de compra dos brasileiros. Em seguida, pretende-se examinar o impacto dessas alterações na ótica do consumidor, com ênfase na transparência das plataformas de venda, nos deveres de informação e na elevação dos custos para o consumidor final, fatores que afetam diretamente o exercício de seus direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor. Por fim, objetiva-se analisar os mecanismos de proteção legal disponíveis, refletindo sobre a aplicabilidade do CDC nas relações de consumo internacionais, os desafios da sua efetivação e a necessidade de adaptação normativa para garantir equilíbrio e segurança jurídica ao consumidor em um cenário de crescente digitalização e globalização das compras.

## 2 Contexto das compras internacional no Brasil

As compras de produtos importados se popularizaram no Brasil com uma proposta de oferecer melhores preços, uma maior variedade de produtos que não eram encontradas no mercado nacional. Porém com as recentes alterações nas compras de produtos internacionais, através da lei nº 14.902/2024, que alterou Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que determinava a isenção nas compras de até \$50,00 (cinquenta dólares norte-americano), essa medida que causou um descontentamento com os consumidores que compravam nas plataformas digitais.

A lei de nº 14.902/2024, que fez alteração no Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que previa a isenção nas compras não superior a \$ 50,00 (dólares), tem como finalidade equilibrar o mercado nacional em relação as compras internacionais. A lei ainda determina a tributação para compras superiores a 50 dólares, que pode chegar a 3.000 mil dólares, que é o valor máximo a ser comprado de acordo com o parágrafo 2º- A do artigo 31 dessa lei, com uma porcentagem de 60% no preço final.

Segundo Gomes (2024), as compras internacionais que acontecem através de plataformas digitais, que tem o seu acesso facilitado para o consumidor, por uma gestão mais otimizada, proporciona um preço mais competitivo por apresentar uma redução nos gastos. Após a sua política tributária, as compras se tornaram mais inacessível, visto que o preço do produto, mais entrega, mais a nova taxa de 20%, mais ICMS de 17% estadual, faz com que o preço final do produto já não seja muito superior ao encontrado no mercado nacional em lojas de varejo ou *marketplace*.

A criação dessa tributação nas compras de produtos importados se mostra uma proteção do Governo para o mercado nacional, essa política tributária que tem como objetivo desestimular o consumo de produtos internacionais, que buscam uma variedade de produtos e um preço final que faça mais sentido para o consumidor brasileiro que valorize o seu poder de compra, o que faz com que os consumidores brasileiros diminuam o acesso a bens de consumo. Por outro lado, o Estado visa a maior arrecadação de impostos e uma maior fiscalização nas compras de produtos internacionais. Este tributo é utilizado como uma ferramenta de proteção para o mercado nacional, pois pode ser regulado de acordo com as necessidades da economia interna (Carrazza, 2007)















